

Projeto

FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA

2006/2007

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------|----|
| 1. Caracterização do Baixo Sul | 03 |
| 2. Ações já Empreendidas | 09 |
| 3. Programa de Ação para 2006 | 10 |
| 3.1 Concentração | 10 |
| 3.2 Área de Abrangência | 10 |
| 3.3 Objetivo Geral | 10 |
| 3.4 Objetivos Específicos | 10 |
| 4. Metodologia | 11 |
| 5. Orçamento | 11 |

1. CARACTERIZAÇÃO DO BAIXO SUL

O **Baixo Sul** é uma região da **Bahia** composta por **11 municípios**, que abrange uma superfície de **6.138 Km²**, com uma população total de **259.191 habitantes**. A **densidade demográfica** média é de **42,23 hab./km²**, de acordo com o Censo Demográfico 2000.

Tabela 1 - População total e área por ordem decrescente da densidade demográfica, Baixo Sul, 2000.

| Municípios | População | Área | | Densidade (hab./km ²) |
|---------------------------|----------------|-----------------|---------------|-----------------------------------|
| | | Km ² | % | |
| Valença | 77.509 | 1.191 | 19,40 | 65,08 |
| Ituberá | 24.133 | 423 | 6,89 | 57,05 |
| Ibirapitanga | 22.177 | 470 | 7,66 | 47,19 |
| Presidente Tancredo Neves | 19.404 | 414 | 6,74 | 46,87 |
| Pirai do Norte | 10.425 | 228 | 3,71 | 45,72 |
| Taperoá | 15.933 | 409 | 6,66 | 38,96 |
| Camamu | 33.661 | 885 | 14,42 | 38,04 |
| Igrapiúna | 14.960 | 508 | 8,28 | 29,45 |
| Nilo Peçanha | 11.213 | 385 | 6,27 | 29,12 |
| Cairu | 11.410 | 451 | 7,35 | 25,30 |
| Maraú | 18.366 | 774 | 12,61 | 23,73 |
| Total Baixo Sul | 259.191 | 6.138 | 100,00 | 42,23 |

Fonte: SEI - Dinâmica sociodemográfica da Bahia 1980-2000.

O Baixo Sul apresenta um reduzido grau de urbanização. Em 1980, a taxa de urbanização era de apenas 25,59%, atingindo 27,51%, em 1991, e 38,02%, em 2000. Apenas três municípios (Valença, Ituberá e Cairu) apresentam uma população urbana mais elevada do que a população rural. Os demais municípios são predominantemente rurais, em especial Maraú e Igrapiúna, com os menores graus de urbanização, de apenas 15,51% e 15,89%, respectivamente.

Mesmo com as baixas taxas de urbanização registradas, é importante observar que houve um incremento considerável da população urbana em todos os municípios no período 1980/2000, denotando um êxodo rural, em especial nas cidades maiores que funcionam como centros dinâmicos da região. Alguns fatores impulsionam esse processo de urbanização, como a construção da BR-101, ainda na



década de 1970, e mais recentemente as mudanças na estrutura econômica da região, com o incremento da atividade turística.

A decadência do cacau e a manutenção da policultura tradicional atuam como fatores de expulsão da população rural, que se dirige para os centros urbanos do próprio município ou para as cidades maiores. Deve-se observar que os ritmos de crescimento urbano e rural de 1991-2000 devem ser analisados com cautela devido aos reajustes de limites das áreas urbanas da Bahia que avançaram sobre as rurais, bem como pela criação de novos distritos, entre 1991-2000.

Tabela 2 - População urbana e rural, Baixo Sul, 1980-2000.

| Municípios | População Urbana | | | População Rural | | |
|-----------------------------------|------------------|---------------|----------------|-----------------|----------------|----------------|
| | 1980 (1) | 1991 | 2000 | 1980 (1) | 1991 | 2000 |
| Cairu | 5.651 | 5.597 | 6.981 | 5.391 | 9.620 | 4.429 |
| Camamu (3) (4) | 5.979 | 8.125 | 12.107 | 23.618 | 24.725 | 21.554 |
| Ibirapitanga (4) | 4.622 | 6.697 | 6.363 | 15.690 | 20.087 | 15.814 |
| Igrapiúna (2) (4) | 852 | 966 | 2.377 | 5.707 | 11.729 | 12.583 |
| Ituberá (4) | 8.358 | 11.806 | 15.910 | 11.742 | 8.747 | 8.223 |
| Maraú (4) | 2.107 | 2.651 | 2.849 | 12.194 | 14.845 | 15.517 |
| Nilo Peçanha (4) | 1.200 | 1.980 | 2.495 | 6.396 | 10.310 | 8.718 |
| Piraí do Norte (2) | 1.201 | 1.848 | 2.787 | 6.298 | 11.911 | 7.638 |
| Presidente Tancredo Neves (2) (4) | - | 2.136 | 6.221 | 14.315 | 16.399 | 13.183 |
| Taperoá | 4.548 | 7.308 | 7.523 | 7.586 | 9.738 | 8.410 |
| Valença (3) (4) (5) | 31.813 | 43.699 | 55.884 | 20.155 | 23.232 | 21.625 |
| Total Baixo Sul | 66.331 | 92.813 | 121.497 | 129.092 | 161.343 | 137.694 |

Fonte: SEI - Dinâmica sociodemográfica da Bahia 1980-2000.

(1) A população dos municípios criados após 1980 e dos que perderam área para estes novos municípios foi ajustada para os limites municipais de 1991, usando-se a tabela de comparatividade dos setores censitários do IBGE.

(2) Município criado após o Censo Demográfico de 1980.

(3) Município que deu origem a outro após o Censo Demográfico de 1980.

(4) Município que a área urbana ultrapassou o perímetro de 1991, penetrando no quadro rural.

A observação dos dados permite destacar, em termos gerais, a relativa estagnação populacional de Maraú e Taperoá, a pequena dinâmica populacional de Valença, Nilo Peçanha e Ituberá, as grandes perdas rurais de Cairu, a compensação rural-urbana de Piraí do Norte e Ibirapitanga, os grandes ganhos urbanos de Presidente Tancredo Neves e o crescimento, sobretudo urbano, de Igrapiúna.

Os indicadores do Baixo Sul revelam que a microrregião está passando pelo mesmo processo de transição demográfica observado para a Bahia como um todo, a partir da década de 1960. Esse processo implica: declínio da mortalidade infantil, sobretudo entre as crianças de 0-5 anos; declínio da fertilidade; desaceleração do ritmo de crescimento vegetativo; e envelhecimento da população. Estas

tendências estão implícitas na distribuição etária da população do Baixo Sul.

O Censo Demográfico do IBGE de 2000 revela que as faixas com maior representatividade são a dos 10/14 anos e a dos 15/19 anos, ao passo que a faixa de 0-9 anos é menos significativa. A faixa dos 20-35 anos, no auge da idade economicamente ativa, apresenta um decréscimo acentuado, indicando que deve ocorrer uma significativa emigração de população em busca de melhores oportunidades de vida. Há também um progressivo envelhecimento da população.



Quanto ao rendimento, o que se vê na região é uma profunda pobreza, que a despeito de toda riqueza ambiental que impressiona, torna o Baixo Sul uma das mais atrasadas regiões da Bahia.

Tabela 3 - Classes de rendimento nominal mensal de pessoas responsáveis pelo domicílio, Baixo Sul, 2000.

| Classes de rendimento | Situação do domicílio | | | | Total | % |
|--------------------------------------|-----------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| | Urbana | % | Rural | % | | |
| Até 1/4 de salário mínimo | 441 | 1,46 | 557 | 1,72 | 998 | 1,59 |
| Mais de 1/4 a 1/2 de salário mínimo | 1.425 | 4,70 | 2.375 | 7,33 | 3.800 | 6,06 |
| Mais de 1/2 a 3/4 de salário mínimo | 2.231 | 7,37 | 5.672 | 17,49 | 7.903 | 12,60 |
| Mais de 3/4 a 1 salário mínimo | 10.561 | 34,87 | 12.350 | 38,09 | 22.911 | 36,54 |
| Mais de 1 a 1 1/4 de salário mínimo | 1.013 | 3,34 | 1.456 | 4,49 | 2.469 | 3,94 |
| Mais de 1 1/4 a 1 1/2 salário mínimo | 2.016 | 6,66 | 2.434 | 7,51 | 4.450 | 7,10 |
| Mais de 1 1/2 a 2 salários mínimos | 3.199 | 10,56 | 2.202 | 6,79 | 5.401 | 8,61 |
| Mais de 2 a 3 salários mínimos | 1.947 | 6,43 | 899 | 2,77 | 2.846 | 4,54 |
| Mais de 3 a 5 salários mínimos | 2.010 | 6,64 | 675 | 2,08 | 2.685 | 4,28 |
| Mais de 5 a 10 salários mínimos | 1.376 | 4,54 | 383 | 1,18 | 1.759 | 2,81 |
| Mais de 10 a 15 salários mínimos | 324 | 1,07 | 72 | 0,22 | 396 | 0,63 |
| Mais de 15 a 20 salários mínimos | 189 | 0,62 | 36 | 0,11 | 225 | 0,36 |
| Mais de 20 a 30 salários mínimos | 75 | 0,25 | 18 | 0,06 | 93 | 0,15 |
| Mais de 30 salários mínimos | 126 | 0,42 | 25 | 0,08 | 151 | 0,24 |
| Sem rendimento | 3.354 | 11,07 | 3.268 | 10,08 | 6.622 | 10,56 |
| Total | 30.287 | 100,0 | 32.422 | 100,0 | 62.709 | 100,0 |

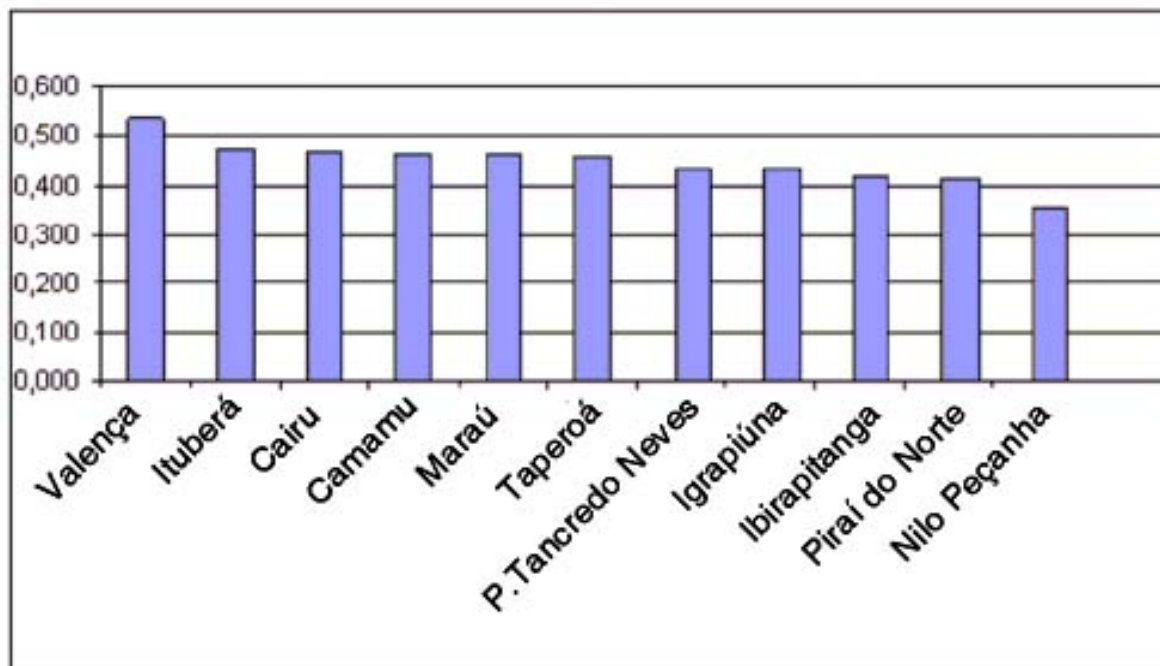
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Cerca de **68% da população** do Baixo Sul não possui **nenhum tipo de rendimento** ou **ganha até um salário mínimo**. Apenas **8,47% da população** recebe **mais de R\$ 780,00**. A questão da renda se reflete nos demais indicadores, revelando o abismo social existente na região.



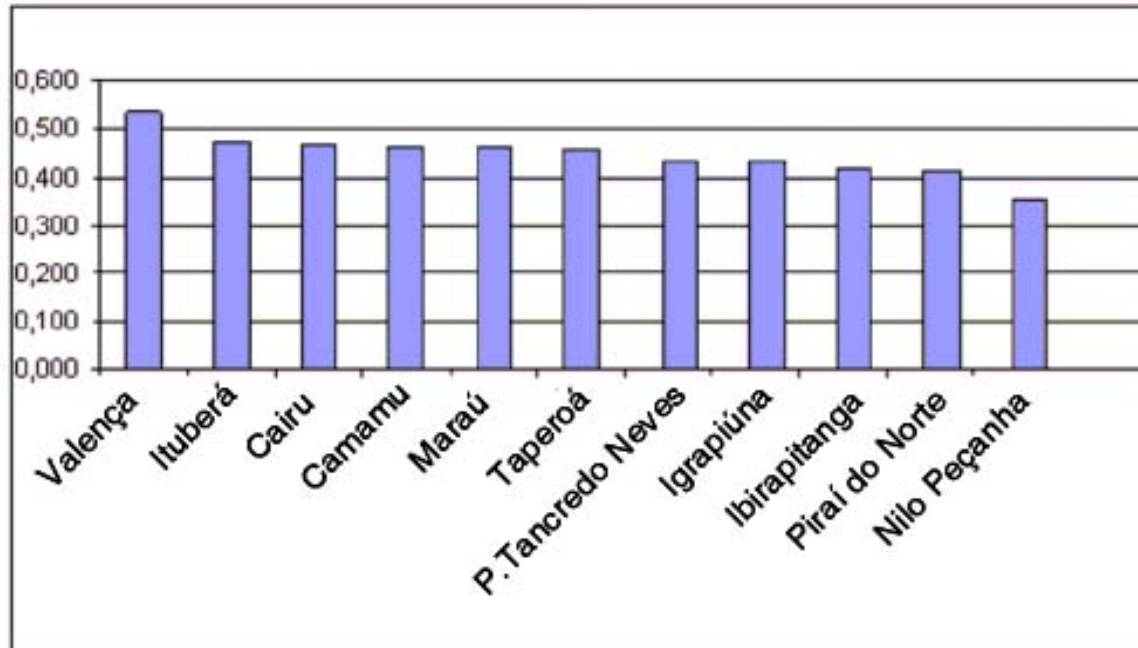
Esse atraso é evidente ao analisarmos os **baixíssimos indicadores de condições de vida** dos municípios da região. O Índice de Condição de Vida calculado pelo IPEA/PNUD/FJP/IBGE, com base em 20 indicadores de Renda, Educação, Infância, Habitação e Longevidade, mostra que, excetuando Valença, todos os

municípios possuem baixa condição de vida.



Fonte: IPEA, FJP, PNUD. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 1998

Avaliando outra ferramenta de análise, o **Índice de Desenvolvimento Infantil**, que é um indicador relativo à infância, elaborado pelo UNICEF, também percebemos o péssimo desempenho dos municípios da região e as precárias condições de vida a que estão expostas a crianças e os adolescentes.



Fonte: Unicef, Situação da Infância Brasileira (2001)

Outro importante indicativo das condições sociais da região é a estimativa de famílias pobres. De acordo com o Censo de 2000, estimou-se que a região possui 30.073 famílias consideradas pobres, isso significa dizer que metade das famílias do Baixo Sul está incluída nesse nível, o que corresponde a aproximadamente 134 mil pessoas. Esse é o universo desafiador sobre o qual o IDC pretende concentrar suas ações, de forma organizada, no decorrer dos próximos 05 anos.



| Municípios | Número de Famílias | Prop. (%) * |
|---------------------------|--------------------|-------------|
| Cairu | 1259 | 48,4 |
| Camamu | 4123 | 55,8 |
| Ibirapitanga | 2783 | 54,0 |
| Igrapiúna | 1764 | 55,3 |
| Ituberá | 2955 | 52,9 |
| Maraú | 2210 | 54,3 |
| Nilo Peçanha | 1279 | 49,3 |
| Pirai do Norte | 1243 | 53,0 |
| Presidente Tancredo Neves | 2497 | 59,1 |
| Taperoá | 2095 | 59,0 |
| Valença | 7865 | 40,9 |
| Total Baixo Sul | 30.073 | 50 |

Fonte: Levantamento realizado pela SEAS/MPAS, em 6/9/2002 para o Projeto Alvorada.

Nota: Tendo em vista que os dados municipais sobre famílias para 2000 ainda não foram divulgados pelo IBGE, tomou-se por hipótese que cada domicílio corresponde a uma família. Isso se justifica quando se observa o tipo de relacionamento entre os moradores e o chefe do domicílio, em que a quase totalidade é de cônjuges e filhos. Calculou-se, então, o percentual de famílias em relação ao total de domicílios, utilizando-se a média de moradores por domicílio da Microrregião para a estimativa de pessoas nas famílias.



2. AÇÕES JÁ EMPREENDIDAS

Em 2000, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul-IDES, criou o Programa Direito e Cidadania, com o apoio do BNDES e do Ministério Público da Bahia.

De 2000 a 2005, foram realizadas as seguintes ações:

- A) Sensibilização, mobilização e articulação das forças vivas das comunidades do Baixo Sul da Bahia para a implantação, capacitação e fortalecimento da atuação autônoma das Comissões Pró-Cidadania (fóruns de organização da sociedade civil);
- B) Realização de um diagnóstico situacional dos conselhos municipais, resultando na verificação das estruturas existentes e suas condições operacionais, bem como o relacionamento dos Conselhos e ONG, Órgãos Públicos, etc. A partir de então, foi elaborado um instrumento científico e sinalizador dos caminhos a serem trilhados tendo nos processos de capacitação como na mobilização e articulação das comunidades locais;
- C) Organização e fortalecimento dos Conselhos Municipais da Área Social (educação, saúde, assistência social, dos direitos da criança e do adolescente e tutelares) nos 11 Municípios do Baixo Sul da Bahia, em parceria com a sociedade civil e com as administrações públicas, com foco no protagonismo juvenil;
- D) Promoção de uma ampla capacitação de conselheiros municipais, de forma a dotá-los de domínio Político – Jurídico e operacional dos Conselhos e Fundos municipais, visando exercer de forma plena as suas atribuições funcionais;
- E) Promoção da regulamentação dos Fundos Municipais e articulação das forças vivas da comunidade na captação de recursos financeiros junto a pessoas físicas e jurídicas;

3. PROGRAMA DE AÇÃO PARA 2006/2007

3.1 Concentração

No Baixo Sul, o Instituto Direito e Cidadania, OSCIP que assumiu o Programa Direito e Cidadania, vem matendo convênios de Cooperação com o Ministério Público, a Secretária Especial de Direitos Humanos e o Tribunal de Justiça da Bahia, objetivando o fortalecimento da Sociedade Civil Organizada, a partir da Cooperação entre os diversos seguimentos citados.

Para 2006/2007, o Foco do IDC será a modernização e profissionalização dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

3.2 Área de Abrangência

Em 2006/2007, serão apoiados os CMDCA de Presidente Tancredo Neves, Cairu, Ituberá, Igrapiúna e Camamu. Os demais municípios serão trabalhados no ano seguinte.

3.3 Objetivo Geral

O IDC, em parceria com a PriceWaterhouseCoopers e a Fundação Odebrecht, pretende atuar em apoio aos CMDCA e Conselho Tutelares do Baixo Sul, apoiando na organização e profissionalização de suas estruturas, para que, de forma eficaz e eficiente, possam orientar as instituições da Sociedade Civil, tornando-as aptas a se cadastrar nos CMDCA e poder captar recursos Por meio da Lei 8069/90.

3.4 Objetivos Específicos

Quanto à Profissionalização

A qualificação dos CMDCA e dos Conselhos Tutelares abrangerá os seguintes módulos:

- Estrutura administrativa e financeira dos Conselhos;
- Planejamento e Organização;
- Comunicação e Articulação Instituição;
- Acompanhamento de Projetos;
- Análises Financeiras e Prestações de Contas;
- Orientação às instituições da Sociedade Civil para que possam se profissionalizar e captar recursos por meio da Lei 8069/90

Quanto aos Aspectos Técnicos

- Desenvolver e fortalecer a capacidade de atuação dos conselheiros municipais como formuladores de políticas de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- Desenvolver e fortalecer os conhecimentos e a capacidade de atuação dos conselheiros tutelares no atendimento dos casos, no encaminhamento e na verificação de denúncias de violações dos direitos da criança e adolescente.
- Orientar a correta atuação e responsabilidades dos Conselhos na defesa dos direitos da criança e adolescente.
- Fomentar a capacidade dos Conselhos de estabelecer vínculos de parceria e mobilizar agentes locais e outros atores sociais dos sistema de garantia dos direitos da criança e adolescente.

4. METODOLOGIA

A profissionalização dos CMDCA do Baixo Sul ocorrerá por meio de capacitações mensais, visando à organização de suas estruturas funcionais, tornando-as aptas a receber recursos de empresas e contribuintes que queiram destinar parte do IR aos Fundos da Infância e da Adolescência – FIA.

O IDC atuará com seus parceiros (Ministério Público, Fundação Odebrecht, PriceWaterhouseCoopers e CMDCA de Porto Alegre) visando preparar os CMDCA para que possam estar aptos a qualificar as instituições sociais do Baixo Sul, para que as mesmas possam buscar recursos para execução dos seus projetos.

5. ORÇAMENTO

ORÇAMENTO - IDC - PROGRAMA TRIBUTAO AO FUTURO

| Receitas | jan/07 | fev/07 | mar/07 | abr/07 | mai/07 | jun/07 | jul/07 | ago/07 | set/07 | out/07 | nov/07 | dez/07 | Total |
|-----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. |
| FIA | 19.400 | 18.700 | 18.700 | 24.900 | 24.900 | 18.650 | 18.650 | 18.650 | 18.650 | 20.950 | 28.200 | 19.650 | 250.000 |
| TOTAL RECEITAS | 19.400 | 18.700 | 18.700 | 24.900 | 24.900 | 18.650 | 18.650 | 18.650 | 18.650 | 20.950 | 28.200 | 19.650 | 250.000 |

| Fonte / CR/ Despesas | jan/07 | fev/07 | mar/07 | abr/07 | mai/07 | jun/07 | jul/07 | ago/07 | set/07 | out/07 | nov/07 | dez/07 | Total |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. | Prev. |
| | 19.400 | 18.700 | 18.700 | 24.900 | 24.900 | 18.650 | 18.650 | 18.650 | 18.650 | 20.950 | 28.200 | 19.650 | 250.000 |
| COORDENAÇÃO | 11.700 | 10.700 | 10.700 | 10.650 | 10.650 | 10.650 | 10.650 | 10.650 | 10.650 | 12.950 | 13.950 | 10.650 | 134.550 |
| ORGANIZAÇÃO DINÂMICA | 11.700 | 10.700 | 10.700 | 10.650 | 10.650 | 10.650 | 10.650 | 10.650 | 10.650 | 12.950 | 13.950 | 10.650 | 134.550 |
| Recursos Humanos | 3.050 | 3.050 | 3.050 | 3.050 | 3.050 | 3.050 | 3.050 | 3.050 | 3.050 | 3.050 | 3.050 | 3.050 | 36.600 |
| Materiais | 750 | 750 | 750 | 750 | 750 | 750 | 750 | 750 | 750 | 750 | 750 | 750 | 9.000 |
| Infra-estrutura | 7.750 | 6.750 | 6.750 | 6.700 | 6.700 | 6.700 | 6.700 | 6.700 | 6.700 | 9.000 | 10.000 | 6.700 | 87.150 |
| Tributos, Taxas e Contribuições | 150 | 150 | 150 | 150 | 150 | 150 | 150 | 150 | 150 | 150 | 150 | 150 | 1.800 |
| EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA | 5.700 | 6.000 | 6.000 | 12.250 | 12.250 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 12.250 | 6.000 | 90.450 |
| COORDENAÇÃO | 5.700 | 6.000 | 6.000 | 12.250 | 12.250 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 12.250 | 6.000 | 90.450 |
| Recursos Humanos | 5.700 | 6.000 | 6.000 | 12.250 | 12.250 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 6.000 | 12.250 | 6.000 | 90.450 |
| FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 2.000 | 3.000 | 25.000 |
| TOTAL | 19.400 | 18.700 | 18.700 | 24.900 | 24.900 | 18.650 | 18.650 | 18.650 | 18.650 | 20.950 | 28.200 | 19.650 | 250.000 |